

REDE PAULO DE TARSO

cuidados continuados integrados RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva da Rede Paulo de Tarso apresenta-lhes a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos e orientações emanados dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), mais especificamente as disposições da ITG 2002(R1) que trata de Entidades sem fins lucrativos.

INTRODUÇÃO

A Rede Paulo de Tarso é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantenedora das seguintes unidades

Clínica de Transição Paulo de Tarso - Unidade Pampulha, localizada na região de Belo Horizonte, conta com 112 leitos, sendo 68 destinados ao Sistema Único de Saúde e 44 leitos para atendimentos aos convênios privados da saúde suplementar

e particulares.

Clínica de Transição Suntor – Unidade Santa Lúcia: inaugurada em julho de 2024, a nova unidade de Clínica de Transição Suntor, localizada em região privilegiada da zona Sul de Belo Horizonte, conta com 60 leitos de apartamento remium explorando o potencial positivo de aumento da demanda por atendimentos especializados, destinados à clientes particulares e provenientes de convênios privados da saúde suplementar. Essa unidade conta com a expertise no trabalho adquirido ao longo das últimas décadas e com o valor agregado da marca Rede Paulo de Tarso. O projeto de expansão utiliza a estrutura organizacional administrativa existente na matriz de forma a permitir a otimização de processos e custos, com ganho de escala além do alinhamento estratégico e operacional.

As unidades Clínica de Transição Paulo de Tarso e Suntor atuam na área da As unidades Cimica de Iransição Paulo de Iarso e Suntor atuam na área da saúde em três linhas de cuidados assistenciais (reabilitação físico funcional, cuidados continuados e cuidados paliativos), funcionando como elo complementar aos serviços hospitalares tradicionais não concebidos para esta finalidade. O foco está voltado para garantir uma maior autonomia, maior independência e com isso uma maior qualidade de vida ao paciente, para seguirem de forma segura após a alta hospitalar. Além de oferecer os melhores desfechos clínicos proporcionados pela intensidade de cuidados, o modelo assistencial da Clínica de Transição gera grande economicidade financeira ao sistema de saúde através da redução do tempo de permanência de pacientes pós-sagudo oriundos dos hospitais gerais, maior garantia de uma transição segura para o domicilio e consequente redução de judicializações na saúde com uma efetiva gestão de risco.

Além das unidades de Clínica de Transição, a Rede Paulo de Tarso conta ainda com o Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI) localizado na cidade de Paraopeba/MG, é um projeto social que recebe gratuitamente cerca de 206 crianças carentes com necessidades especiais e portadoras de sindromes raras e suas famílias através de atividades de assistência social, educação e saúde, de acordo com o critério da universalidade do atendimento

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2024 a Rede Paulo de Tarso iniciou seu terceiro ciclo de Planejamento Estratégico - PE (2024-2028). O PE foi desenvolvido de forma participativa, envolvendo as lideranças da instituição. Foram realizadas avaliações internas e externas, análise de cenários e definição de metas e indicadores de desempenho, que guiarão as ações da instituição nos próximos anos. Além disso, foram identificados os principais desafios e oportunidades que a Rede enfrenta, como a necessidade de aprimorar a gestão de custos e otimizar processos, garantir a qualidade e segurança assistencial, fortalecer parcerias e ampliar a presença no mercado. Para isso, foi elaborado um plano de ação detalhado, com responsáveis, prazos e metas claras,

PAULO DE TARSO clínica de transição

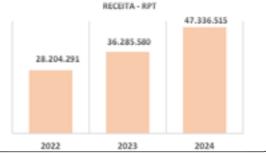
A inovação é um dos pilares do PE da Rede Paulo de Tarso, que busca constantemente novas formas de otimizar a prestação de serviços e melhorar a experiência do cliente. A instituição investe em tenologias e boas práticas de gestão, buscando sempre a excelência e a eficiência em seus processos. Assim, a Rede Paulo de Tarso se diferencia no mercado não apenas pelos serviços prestados, mas pela sua capacidade de gestão e inovação, que a tornam referência no setor da saúde. Com um Planejamento Estratégico alinhado com as necessidades e desafios da instituição, a Rede Paulo de Tarso está preparada para enfrentar os próximos anos com sucesso e continuar agregando valor à sociedade.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM 2024 A Rede Paulo de Tarso apresentou um superávit de R\$3,1 milhões em 2024, um aumento de 14% em relação ao superávit de R\$2,7 do ano de 2023. O resultado bruto melhorou em 41%, ou R\$4,1 milhões, passando de R\$9,9 milhões em 2023 para R\$14 milhões em 2024. A receita no período aumentou 30% ou R\$11 milhões, enquanto o custo operacional teve um aumento de 26%, ou R\$6,9 milhões, evidenciando o resultados positivos das ações adotadas para aumento da receita, taxa de ocupação e diversificação das fontes pagadoras de convênios privados, o que se refletiu nos resultados.

2022

DESTAQUES DESEMPENHO ECONÔNIMO-FINANCEIRO EM 2024

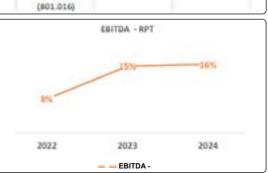
REDE PAULO DE TARSO - CNPJ: 17.226.044/0001-37





INVESTIMENTOS
Em 2024, a Rede Paulo de Tarso manteve sua política de investimentos, aplicando RS 19,6 milhões. Deste montante, RS 16,4 milhões foram destinados à implantação da moderna Clínica de Transição Suntor, que iniciou suas atividades em 15 de julho de 2024. Este financiamento foi obtido através de uma combinação de recursos próprios, de instituições financeiras e apoio de mutuantes privados. Adicionalmente, foram

SUPERÁVIT - RPT 2.790.939



2023

2024

investidos R\$ 1,8 milhões na Clínica de Transição Paulo de Tarso para melhorias de infraestrutura, visando atender com excelência às exigências do mercado, principalmente aos clientes das operadoras de planos de saúde privados. Também foram investidos R\$ 1,4 milhões no projeto de modernização das instalações do Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI), com recursos provenientes de parceria do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT-MG).

TECNOLOGIA E SISTEMA DE GESTÃO

A Rede Paulo de Tarso conta com o moderno **Sistema Assistencial e de Gestão Hospitalar - Soul MV** que reúnem um conjunto de soluções que integram todos os processos hospitalares no gerenciamento de informações assistenciais, administrativas, financeiras e estratégicas. O sistema conta ainda com assinatura digital do Pronturiro Eletrônico dos Pacientes - PEP, eliminando impressão de papéis, gerando maior segurança, economicidade financeira e eficiência no fluxo de trabalho e de rastreabilidade de documentos.

ENERGIA SUSTENTÁVEL

ENERGIA SUSTENTAVEL

A Clinica de Transição Paulo de Tarso — Unidade Pampulha possui uma Usina de Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica, que garante atualmente 40% da produção da sua demanda energética. Para o ano de 2025, a Instituição está em fase de aprovação dos projetos junto a CEMIG para ampliação da capacidade de geração de energia fotovoltaica para suprir 100% da demanda. A Entidade já como lamada de tercologia em LED e um sistema de com 100% da iluminação com lâmpadas de tecnologia em LED e um sistema de aquecimento solar com apoio à gás.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Rede Paulo de Tarso conta em sua estrutura organizacional com o setor de Relações Institucionais responsável pela Captação de Recursos Não Operacionais (RNO), que busca aumentar as entradas desses recursos no intuito de manter o equilibrio financeiro da instituição, adquirir equipamentos hospitalares e de tecnologia de informação e realizar obras de infraestrutura.

PERSPECTIVAS PARA 2025

Para o exercício de 2025, estamos projetando um crescimento nos resultados econômicos e financeiros, em consonância com a consolidação da nova unidade no bairro Santa Lucia, a Clínica de Transição Suntor. Esse crescimento está alinhado aos fatores positivos gerados pelo aumento da demanda por serviços especializados, bem como pelos novos credenciamentos de operadoras de planos de saúde, onde o modelo assistencial da instituição representa uma economia para o sistema, tornando-se um fator fundamental para a maior atratividade dos serviços oferecidos pela Rede Paulo de Tarso.

AGRADECIMENTO

a evolução da Rede Paulo de Tarso.

"Agradecemos igualmente ao corpo clinico, de enfermagem, equipe multiprofissional e demais colaboradores da instituição que tornam gratificante o mantiprofissional e termas condoradore au institutação que torinaim granjetum de benefício social de nosso trabalho. Essas pessoas, com muita garra, determinação e amor à instituição, apoiam e elevam o nome da Entidade, contribuindo todos os dias na realização do nosso propósito, que é de acolher, reabilitar e transformar vidas. Gostariamos de agradecer, especialmente, aos membros do colegiado Gestor e Sócios Colaboradores. Efetivos e Beneméritos da RPT pela confianca e ao nosso trabalho. É essa parceria que torna real o crescimento e

> Ana Carolina de Souza Presidente da Rede Paulo de Tarso Nivaldo Alves da Silva Vice-Presidente da Rede Paulo de Tarso

que serão acompanhadas e monitoradas regularmente		e metas cla	ras,	de instituições finar			
BALANÇO PATRIMONIAL - (R\$1)							
ATIVO	Exercício	findo em		PASSIVO E PATR			
	31.12.2024	31.12.2023					
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidade de caixa e banco (nota 4)	4.897.407	3.092.421	**	Fornecedores			
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	3.689.509	4.755.737	**	Impostos e contribui			
Clientes e convênios (nota 6a)	6.513.350			Obrigações com pes			
Estoques (nota 3e e 7)	1.251.702			Honorários médicos			
Verbas governamentais a receber (nota 6b)		1.251.234		Outros passivos circ			
Outros créditos a receber	490.819	699.179	**	Empréstimos e finan			
	18.748.166	14.177.361		Convênios em execu			
NÃO CIRCULANTE				Subvenções govern.			
Realizável a Longo Prazo							
Depósitos judiciais	9.540			PASSIVO NÃO CI			
Processos cíveis a receber (Nota 3h)	881.258			Empréstimos e finan			
Bens disponíveis para venda (Nota 3j)	8.340.415	8.340.415		Empréstimos de mút			
Despesas a apropriar LP	-	19.500		Provisões contingên			
	9.231.213	9.175.438		Subvenções govern.			
Imobilizado (nota 8)	49.751.699	31.717.257					
Intangível (nota 9)	530.335	585.781		Patrimônio Social			
, ,	50.282.034	$\overline{32.303.038}$		Patrimônio Social (1			
TOTAL DO ATIVO	78.261.413	55.655.837		TOTAL DO PASSI			
** Reclassificado para melhor análise comparativa.							
As notas explicativas integram as Demonst	rações Financ	ceiras.		As notas			
NOTAS EVDI ICATIVAS ÀS	DEMONST	DACÕES E	INA	CEIDAC I EVANT			

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rede Paulo de Tarso, instituída em conformidade com as disposições legais vigentes, é uma entidade particular sem fins lucrativos, possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, declarada de utilidade pública federal Entidade Beneficente de Assistência Social, declarada de utilidade pública federal pelo Decreto 97.476, de 25 de janeiro de 1989, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade e comarca de Belo Horizonte, mantendo como objetivo o funcionamento das seguintes Unidades de serviços: Clínica de Transição Paulo de Tarso – Unidade Pampulha: situada no município de Belo Horizonte/MG com 112 leitos, sendo 68 exclusivos ao SUS, representando 60,71% do total de leitos, e os demais 44 leitos, representando 39,29%, destinados a pacientes conveniados a operadoras de planos de saúde privados e prestação de serviços particulares. Clínica de Transição Suntor - Unidade Santa Lúcia: localizada na região Sul de Belo Horizonte/MG, a nova unidade da Clínica de Transição iniciou suas atividades em julho de 2024 e conta com 60 leitos, com o objetivo de propiciar o equilíbrio econômico/financeiro e operacional da Rede.

o objetivo de propiciar o equilíbrio econômico/financeiro e operacional da Rede. Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI): localizado na cidade de Paraopeba/MG, é um projeto social que atende gratuitamente cerca de 206 crianças em situação de vulnerabilidade social, com necessidades especiais e síndromes raras, além de oferecer suporte a suas familias por meio especiais e sindromes raras, aiem de oterecer suporte a suas taminias por medio de ações nas áreas de assistência social, educação e saúde, seguindo o princípio da universalidade do atendimento. São aproximadamente 19.667 atendimentos ambulatoriais realizados pelo SUS em diversas especialidades. Em 2024, o então Centro Assistencial Paulo de Tarso foi renomeado como Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI), reforçando seu compromisso institucional com a inclusão, a equidade e a promoção integral da vida.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas e

rancimentações contactes rotant ciacoradas em conformacade com as praticas e normas contâbeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução nº 1.409/2012 NBC ITG 2002 (R1) de 21/08/2015, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que trata dos aspectos específicos em "Entidades Sem Finalidade de Lucros". 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

 a. Adoção do Regime de Competência para o registro contábil das operações;
 b. Os ativos e passivos vencíveis até o término do exercício seguinte estão classificados como circulante e os excedentes a esse prazo como não circulante;
 c. Os direitos e as obrigações legais ou contratualmente sujeitos a atualização monetária ou encargos financeiros são atualizados até a data das demonstrações financeiras; d. As férias vencidas e proporcionais e seus respectivos encargos são provisionados segundo o Regime de Competência: e. Os estoques são avaliado pelo custo médio de aquisição, sem exceder o valor de mercado; f. A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração, em determinadas situações, efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas aretam os montantes apresentados de arross, passivos, recentas, cutous e despesas. Os valores reais podem, eventualmente, divergir daqueles estimados; g. Os ativos do imobilizado e do intangível devem ter seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração no exercício de 2018 efetuou avaliação patrimonial dos bens do ativo imobilizado por empresa especializada e de acordo com as NBC-TG 27 R3 Ativo Imobilizado; h. Os processos Cíveis ativos referem-se às ações de cobranças perante a Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (Santa Casa Saúde), e junto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); todos tendo na Entidade, o papel de reclamante; i. A Entidade possui processos Cíveis e Trabalhista com contingência para as perdas prováveis envolvendo Passivo Não Circulante e Contas de Resultado; j. Bens classificados como "Destinados à venda", no valor de R\$ 8.340.415 referem-se ao imóvel rural localizado na cidade de Caeté - Fazenda Montalvão. Em fevereiro de 2021 foi efetuada avaliação do bem por intermédio de instituição financeira, e conforme Laudo Técnico realizado por empresa especializada, concluiu que as benfeitorias existentes, bem como do terreno, possuem valor de R\$ 11.310.000.

4. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E BANCO Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Banco conta movimento e Caixa	178.889	14.496
Aplicações Financeiras	4.718.518	3.077.925
Total - R\$ 1	4.897.407	3.092.421
• Banco conta movimento e Caixa: Representam os valor		
correntes por clientes e doadores, com liquidez imediata. • referem-se aos recursos provenientes de depósitos fei públicos e doadores, que podem ser resgatados de imediat	tos por clien	ntes, órgãos
Z ADLICA CÔTO EDMANCEIDA O MINICULADA O		

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS		
Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Aplicações vinculadas a empréstimos bancários	801.734	-
Aplicações vinculadas a convênios	2.887.775	4.755.737
Total - R\$ 1	3.689.509	4.755.737
 Aplicações vinculadas a empréstimos bancários: rel associados a garantia em contratos de empréstimos com financiamento. Aplicações vinculadas a convênios: através de convênio e parcerias público-privado ainda nã de apoio, conforme descritos na nota 12. 	melhores c São recurso	ondições do os recebidos

6. CLIENTES E CONVÊNIOS/VERBAS GOVERNAMENTAIS A RECEBER a) Clientes - A rubrica Clientes registra o faturamento da Entidade decorrente de atendimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, às operadoras de convênios privadas e usuários em regime de contratação particular, além dos outros contas a receber, refletindo em 2024 os valores a receber de clientes da nova ntor, conforme a seguir

Demonstrativo	31.12.2024	31.12.2023
SUS	1.283.940	1.207.929
Convênios Privados e Particulares	4.910.058	2.222.337
Outros Contas a Receber	319.352	94.060
Total - R\$ 1	6.513.350	3.524.326
b) Verbas Governamentais a Receber - A rúbrica regis e aprovados junto aos órgãos públicos no exercício d Emandas Parlamentares	tra os recurs e 2024 prov	os captados venientes de

Demonstrativo	31.12.2024	31.12.2023
Emendas Parlamentares	1.905.379	1.251.234
Total - R\$ 1	1.905.379	1.251.234
7. ESTOQUE - Os estoques estão avaliados ao preço mo assim demonstrados:	•	,
Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Farmácia	518.399	422.129
Almoxarifado Geral	733.303	432.335
Total - R\$ 1	1.251.702	854.464

	Taxa (%) anual de	Exercício findo em:			
Descrição	depreciação	31.12.2024	31.12.2023		
Terrenos	-	6.881.137	6.881.137		
Edificações	4%	9.770.974	9.770.974		
Benfeitorias em imóveis próprios	4%	4.244.443	3.643.753		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	19.058.674	-		
Móveis e Utensílios	10%	3.406.520	2.857.313		
Máquinas e Equipamentos	10%	3.251.198	3.077.578		
Informática	20%	1.668.577	1.452.014		
Veículos	20%	191.100	66.100		
Instalações	10%	1.314.125	1.197.677		
Imobilização em andamento	-	7.015.278	8.515.777		
Outras Imobilizações	10%	3.500	3.500		
Subtotal		56.784.220	37.465.823		
Depreciações acumuladas	-	(7.053.827)	(5.748.566)		
Fotal líquido - R\$ 1		49.751.699	31.717.257		
). INTANGÍVEL					
	Taxa (%)				

Descrição

Marcas e Patentes.

Amortização acumulada.. Total líquido - R\$ 1 ..

Software e Sistemas Processam, Dados,

Depreciação 31.12.2024 31.12.2023

1.531.924 1.357.567

(1.017.768) (780.008)

585.781

530.335

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31.12.2024 31.12.2023 CIRCULANTE 1.454.154 1.316.048 Impostos e contribuições. 473.785 423.781 2.604.551 2.035.119 Obrigações com pessoal...... Honorários médicos a repassar ... 623.470 186.037 396.675 103.317 4.929.724 3.298.705 2.887.775 4.779.965 280.225 151.666 Outros passivos circulante ... Empréstimos e financiamentos (nota 10).. Convênios em execução (nota 12). Subvenções govern. a realizar (nota 13). 13.650.359 12.294.639 PASSIVO NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos (nota 10).... Empréstimos de mútuos (nota 11).... Provisões contingências judiciais (nota 3j). Subvenções govern. a realizar (nota 13)... 24.959.271 11.264.065 7.124.057 3.303.885 326.928 836.870 5.135.949 4.074.796 37.546.205 19.479.617 Patrimônio Social Patrimônio Social (nota 15)... 27.064.849 23.881.582 27.064.849 23.881.582 TOTAL DO PASSIVO 78.261.413 55.655.837 As notas explicativas integram as Demonstrações Financeir NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

TO. E.MI KESTI	Quadro de Endividamento Financeia	ro
Circulante		
	Amor-	

Instituição	Amor- tização final	Modalidade de empréstimo	Encargos mensais	Saldo devedor 31.12.24
Banco do Brasil	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,45%	857.143
Credicom	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,40%	126.341
Credicom	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,40%	401.989
Credicom	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,40%	371.102
Banco do Brasil	31.12.25	Investimento	IPCA + 0,45%	90.923
Banco do Brasil	31.12.25	Investimento	IPCA + 0,45%	95.770
Credicom	31.12.25	Investimento	CDI + 0,40%	599.820
Santander	31.12.25	Investimento	CDI + 0,36%	512.727
Santander	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,75%	120.877
Caixa Econômica Federal	31.12.25	Capital de Giro	Pré-Fixado 1,22%	182.529
Arrendamento Mercantil - Santander	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,37%	231.013
Arrendamento Mercantil - Santander	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,33%	112,404
Caixa Econômica Federal	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,25%	655.683
Arrendamento Mercantil- HP Financial	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,26%	85.136
Banco Aymoré	31.12.25	Investimento	0,00%	41.667
Credimep	31.12.25	Investimento	1,39% Pre-Fixado	158.835
Banco do Banco do Brasil / BNDES	31.12.25	Investimento	IPCA + 0,45%	184.719
Santander	31.12.25	Investimento	1,75% Pre-Fixado	101.046
		Total circulante	1	4.929.724

Instituição	tização final	Modalidade de empréstimo	Encargos mensais	devedor 31.12.24
Banco do Brasil	20.12.26	Capital de Giro	CDI + 0,45%	1.371.429
Credicom	15.10.26	Capital de Giro	CDI + 0,40%	447.154
Credicom	15.01.30	Investimento	CDI + 0,40%	3.001.217
Credicom	17.09.29	Investimento	CDI + 0,40%	1.641.026
Santander	17.04.29	Investimento	Pré-Fixado 1,75%	1.235.861
Santander	24.07.28	Investimento	CDI + 0,36%	1.329.437
Banco do Brasil	17.12.30	Investimento	IPCA + 0,45%	462.192
Banco do Brasil	15.02.31	Investimento	IPCA + 0,45%	494.811
Arrendamento Mercantil - Santander	06.04.29	Investimento	Pré-Fixado 1,33%	534.602
Arrendamento Mercantil - Santander	23.03.29	Investimento	Pré-Fixado 1,37%	1.074.060
Caixa Econômica Federal	10.05.34	Capital de Giro	Pré-Fixado 1,22%	3.295.242
Caixa Econômica Federal	10.09.30	Investimento	Pré-Fixado 1,25%	6.385.150
Arrendamento Mercantil- HP Financial	22.01.29	Investimento	Pré-Fixado 1,26%	360.043
Credimep	06.11.30	Investimento	1,39% Pre-Fixado	1.374.693
Santander	28.11.28	Investimento	1,75% Pre-Fixado	900.692
Banco do Banco do Brasil / BNDES	15.12.28	Investimento	IPCA + 0,45%	1.051.664
		Total não circulant	e	24.959.271
Os saldos de emp	réstimos e	financiamentos ma	ntidos em moeda n	acional foram

direcionados para as necessidades de capital de giro e investimentos. No ano de 2024, os recursos captados foram integralmente destinados aos ativos imobilizados do projeto de expansão da nova unidade Suntor, evidenciando o compromisso da instituição com o crescimento e desenvolvimento de suas operações.

11. EMPRÉSTIMO DE MÚTUO O passivo não circulante inclui empréstimos obtidos na modalidade de contrato de mútuo utilizados para investimento na nova unidade de clínica de transição.

12. CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO São recursos recebidos através de convênios e parcerias público-privado ainda

não aplicados em projetos de apoio. Referidos convênios possuem caráter não

		Circ	culante
		2024	2023
,	Projeto Parceria Empresa VALE MPTMG		33.567
I)	Projeto Plataforma Ĝestão Clínica Funcional		
_	do Ídoso - FUMID	-	6.818
II)	Projeto "O Cuidado que Transforma" - FUMID .	-	180.675
T)	Projeto "De Volta ao Lar" - FUMID	-	133.692
TÍ)	Projeto Modernização Instalações IPECI		
	por intermédio MPT-MG	729.867	2.323.604
III)	Projeto "Reabilitação 4.0" - PRONAS PCD	2.157.908	2.101.609
otal		R\$ 2.887.755	R\$ 4.779.965

dos recursos recebidos de convênios públicos, destinados para investimentos em aquisição de equipamentos e em obras de infraestrutura, os quais vem sendo reconhecidos como receita na demonstração de resultado à medida em que as despesas de depreciação dos respectivos ativos são reconhecidas, conforme dispõe a ITG 2002 (R1) de 21/08/2015 e NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Gover

Segue abaixo o resumo indivi	dualizado da	s operações: Circulante	N	ão Circulante
	2024	2023	2024	2023
 a) Projeto "Hospital Modelo 				
de Assistência ao Idoso"				
- FUMID / SMASAC	54.892	54.892	1.152.732	1.207.624
 b) Plataforma de Gestão 				
Clínica Funcional do Idoso				
- FUMID / SMASAC	24.000	24.000	24.000	48.000
 c) Aquisição de 				
Equipamentos - SICONV	4.888	4.888	26.260	30.953
 d) Aquisição de 				
Equipamentos - SICONV	8.800	8.800	48.542	57.342
e) "O Cuidado que				
Transforma" - FUMID	70.507	9.749	1.165.070	1.188.443
f) Projeto "De Volta ao				
Lar" - FUMID	93.392	33.515	350.669	504.218
g) Projeto Modernização				
Instalações IPECI	15.822	15.822	2.338.201	1.038.216
h) Projeto "PRONAS				
Reabilitação 4.0"	7.924	-	30.475	-
Total	R\$ 280.225	R\$ 151.666	R\$ 5.135.949	R\$ 4.074.796

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$1 Exercício findo em 31.12.2024 31.12.2023 47.336.515 36.285.580 RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS Atividade Saúde - Clínica de Transição (nota 16).... Atividade - IPECI (nota 17)..... 38.706.298 30.689.670 4.560.712 3.490.276 Receita Subvenção Cota Patronal INSS (nota 22a)... CUSTOS SERVICOS PRESTADOS (33.312.807) (26.370.084) (27.078.729) (21.685.331) Atividade Saúde - Clínica de Transição.. Atividade - IPECI (nota 18)..... Despesa Cota Patronal INSS (nota 22a). (1.673.367) (1.194.477) (4.560.712) (3.490.276) 14.023.708 9.915.496 RESULTADO OPERACIONAL BRUTO . OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .. 860.710 844.618 740.882 119.828 Receitas Doações e outras (nota 19). Receita trabalho voluntário (nota 14) 797.246 47.372 DESPESAS OPERACIONAIS (8.925.904) (6.368.107) (8.202.007) (626.706) 22.638 (119.828) RESULTADO OPERACIONAL.. 5.958.515 4.392.007 Despesas financeiras (3.189.475) (1.905.903) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO 2.790.939 As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras

a) Projeto "Hospital Modelo de Assistência ao Idoso" – Termo de Fomento processo a) Projeto "Hospital Modelo de Assistência ao Idoso" – Termo de Fomento processo nº 01.129.755, firmado em 07/10/2021 junto ao Fundo Municipal do Idoso - FUMID, o Municipio de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Assistencia Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC. Tem por objetivo a execução do projeto de restruturação arquitetônica da Clínica de Transição Paulo de Tarso a fim de constituir uma unidade de referência nacional para atenção a população idosa.
b) Projeto "Plataforma de Gestão Clínica Funcional do Idoso" - Termo de Fomento processo nº 01.058.681/21-10, firmado em 29/10/2021 junto ao Fundo Municiapal do Idoso - FUMID, o Municipio de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Assistencia Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC. Tem por objetivo a execução do projeto "Plataforma de Gestão Clínica Funcional do Idoso". c) Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Convênio SICONV nº 868516/2018, recurso recebido em 2021. destinado a investimentos em equipamentos e material de Equipamentos e Materiais Permanentes — Convênio SICONV nº 868516/2018, recurso recebido em 2021, destinado a investimentos em equipamentos e material permanente, conforme convênio firmado em 07/08/2018, entre a Rede Paulo de Tarso e o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, visando fortalecer o Sistema Único de Saúde – SUS. d) Aquisição de Equipamentos - Convênio SICONV nº 898075/2020 - recurso recebido em julho de 2021, destinado a investimentos em equipamentos, conforme convênio firmado em 23/12/2020, entre a Rede Paulo de Tarso e o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, visando fortalecer o Sistema Único de Saúde - SUS. e) Projeto "O Cuidado que Transforma" - recursos recebidos no exercício de 2022, destinado a implementação de novas terapias na Clínica de Transição Paulo de Tarso por meio de reorganização, recestruturação e ambientação recebidos no exercício de 2022, destinado a implementação de novas terapias na Clínica de Transição Paulo de Tarso por meio de reorganização, reestruturação e ambientação de espaços físicos, conforme Termo de Fomento processo nº 01.032.805/22-37 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania/ SMASAC e do Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte/CMI-BH. ¶ Projeto "De Volta ao Lar" - recursos recebidos no exercício de 2022, com o objetivo de qualificar e informatizar o processo de transição de cuidado e desospitalização de idosos e pessoas fragilizadas, promovendo retorno ao lar de forma segura e efetiva, conforme Termo de Fomento processo nr.01.042.071/22-21 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania-SMASAC e do Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte CMI-BH. ¶ Projeto "Modernização do Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos – IPECI, recursos recebidos no exercício de 2023. para excelência no atendimento e acolhimento às criancas e no exercício de 2023, para excelência no atendimento e acolhi adolescentes com deficiência e síndromes raras", com o objetivo de proporcionar a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos usuários dos serviços prestados nelo IPECL h) Projeto "PRONAS Reabilitação 40" - recursos recebidos em 2024 peto IPECI. **n)** Projeto "PRONAS Reabilitação 4.0" - recursos recebidos em 2024, com o objetivo de ampliar a assistência as pessoas com deficiência com demanda de reabilitação na perspectiva da Reabilitação 4.0, privilegiando a transdisciplinaridade, intersetorialidade, aderência e resultados, conforme Termo de Fomento processo nº 25000.135231/2023-69. Os referidos convênios, possuem caráter não reembolsável, desde que atendidos pela Rede Paulo de Tarso os requisitos dos planos de trabalho e realizada a praestação de contas correspondente.

14. RECEITA/DESPESA TRABALHO VOLUNTÁRIO

Nesta rubrica encontram-se registradas as receitas e despesas atribuídas ao trabalho de membros integrantes dos órgãos da administração que atuam em favor da Rede Paulo de Tarso de forma voluntária, sendo o registro realizado em atendimento a norma requerida pela ITG 2002, onde "o trabalho voluntário, deve ser reconhecido pelo valor

Cargo	Em 2024			Em 2023		
•	Qde		Valor	Qde		Valor
ócios beneméritos e conselheiros						
statutários	8	R\$	40.948	8	R\$	33.852
oluntariados externos	12	R\$	78.880	7	R\$	13.520
otal	20	R\$	119.828	15	R\$	47.372
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio Social em 31 de dezemb	oro de 2	024 é	de R\$ 27.	064.849	em	2023 era

de R\$ 23.881.582. A administração da Rede Paulo de Tarso, na forma do disposto na ITG 2002, item 15, incorporou na conta "Patrimônio Social" em 31/12/2024 o

superávit do exercício no valor de R\$3.183.267.		
16. RECEITA OPERACIONAL ATIVIDADE SAÚDE - CL Descrição		RANSIÇÃO 31.12.2023
SUS	10.970.613	9.841.856
Convênios privados e particulares	18.946.490	15.151.329
(-) Deduções da receita	(105.285)	(66.123)
Outras Receitas Operacionais	1.177.818	1.141.865
Receita Verba Custeio e Subvenções	7.716.663	4.620.744
Total - R\$ 1	38.706.298	30.689.670
17. RECEITA OPERACIONAL ATIVIDADE – IPECI		
Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Atividade de Saúde - IPECI	318.389	310.054
Convênio SERDI	230.594	226.135
Convênio CMS	87.796	83.919

Convênio CMS	87.796	83.91
Atividade de Ensino - IPECI	1.009.101	530.85
Convênio FUNDEB	683.898	314.44
Convênio PDDE	6.770	6.95
Prefeitura de Paraopeba	152.000	139.86
Prefeitura de Caetanópolis	166.434	69.59
Atividade Assistência Social - IPECI	236.157	227.80
Convênio CMDCA	73.523	70.21
Convênio CMAS	78.634	73.59
Convênio FNAS	84.000	84.00
Receita Verba Custeio e Subvenções	2.505.858	1.036.92
Receita Emenda Parlamentar/Custeio	2.083.755	680.00
Receita MPT - Modernização Atendimentos	422.103	356.92
Total - R\$ 1	4.069.505	2.105.63
18. CUSTO OPERACIONAL ATIVIDADE – IPECI		
Descrição	31.12.2024	31.12.202
Atividade de Saúde - IPECI	392.056	328.17
Atividade de Ensino - IPECI	1.020.720	615.70
Atividade de Assistência Social - IPECI	260 501	250.50

Auvidade de Elisilo - Il ECI	1.020.720	013.709
Atividade de Assistência Social - IPECI	260.591	250.591
Total - R\$ 1	1.673.367	1.194.477
19. RECEITAS DE DOAÇÕES E OUTRAS Nesta rubrica estão registradas as receitas provenientes d receitas relacionadas a processos judiciais, bem como re espaços e outras receitas diversas.		
D	21 12 2021	21 12 2022

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita Doações		256,979
Outras Receitas Diversas	192.702	295.056
Receita Processo Judicial	-	245.211
Total - R\$ 1	740.882	797.246
20. SEGUROS		

A Rede Paulo de Tarso possui apólices de seguros contratadas considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios sociais. 21. INTERNAÇÕES E ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS

,		,	Sistema		ial de Produção SUS e
Exercício	Saúde Sup	lementar	de Sa	úde	não SUS
2024	Dias de		Dias de		Total de
	permanência	% Não SUS	permanência	% SUS	permanência
Total	17.368	45%	21.263	55%	38.631

a) Com base no disposto no art. 4°, inciso I da Portaria 834 de 26 de abril de 2016, a Rede Paulo de Tarso faz jus à incorporação de 10% (dez por cento) relativos aos 19.667 atendimentos ambulatoriais prestados ao SUS na unidade filial Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI), localizada em Paraopeba/MG. Esses atendimentos abrangem diversas especialidades, incluindo fisioterapia, fonoaudiologia, assistência social, psicologia, terapias assistidas por animais, terapia fonoaudiologia, assistência social, psicologia, terapias assistidas por animais, terapia ocupacional, além de consultas médicas com pediatras, neurologistas e psiquiatras. Acrescente-se, ainda, que a entidade adere à política de Redes de Atenção Urgência/ Emergência, portanto, faz jus ao percentual da prestação de 1,5% em serviços ofertados ao SUS, discriminado no inciso III do art. 159 da Portaria GMMS de Consolidação nº 1/2017. b) Em decorrência da existência de casos sociais SUS (pacientes sem vínculo familiar em situação de alta hospitalar/médica), que permaneciam internados na Clínica de Transição Paulo de Tarso, devido à incapacidade do município de Belo Horizonte em albergá-los em instituições de longa permanência ou de oferecer-lhes domicílio, a Entidade ficava impossibilitada muitas vezes de ofertar novas vagas de internação e gerar um maior número de atendimentos aos usuários do SUS. No entanto, ao longo dos anos, a Clínica de Transição Paulo de Tarso implementou diversas ações e, atualmente, não há mais casos sociais do SUS em sua unidade. diversas ações e, atualmente, não há mais casos sociais do SUS em sua unidade.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE	CAIXA - (RS	<u>51)</u>	
	Exercício findo em		
	31.12.2024	31.12.2023	
ATIVIDADES OPERACIONAIS Superávit do exercício	3.183.267	2.790.939	
Provisões para contingências	(509.942)	265,262	
Depreciações e amortizações	1.635.803	1.341.147	
Custo baixa de imobilizado	22.954	24.867	
Superávit ajustado(Aumento) Redução de Ativos	4.332.081 (3.887.822)	4.422.216 (2.485.118)	
Clientes	(2.989.024)	(352.725)	
Estoques	(397.238)	(287.044)	
Verbas governamentais a receber	(654.145)	(1.251.234)	
Processos cíveis a receber (nota 3i)	(75.275)	(234.381)	
Outros créditos a receber	208.360	(398.733)	
Despesas a apropriar LP	19.500	39.000	
Aumento (Redução) de Passivos	785.855	5.937.305	
Obrigações com pessoal	569.432	294.762	
Impostos e contribuições	50.004	178.094	
Fornecedores produtos e serviços	138.106	529.303	
Honorários médicos a repassar	437.433	(10.203)	
Outros passivos circulante	293.358	68.436	
Convênios públicos em execução (nota 10)	(1.892.190)	3.041.024	
Subvenções govern. a realizar (nota 11)	1.189.712	1.835.889	
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.230.115	7.874.403	
Adição ao Imobilizado	(19.637.753)	(10.509.243)	
Caixa aplicado nas Atividades de Investimento ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(19.637.753)	(10.509.243)	
Aumento (redução) empréstimos e financiamentos	15.326.224	3.277.389	
Empréstimo de mútuos	3.820.172	3.303.885	
Caixa gerado nas Atividades de Financiamento	19.146.396	6.581.274	
Aumento de Caixa e Equivalentes	738.758	3.946.434	
Demostração Variação Caixa e Equivalentes Caixa	7 0 40 150	2 001 724	
Caixa e equivalentes no início do exercício	7.848.158 8.586.916	3.901.724 7.848.158	
1			
Aumento de Caixa e Equivalentes	738.758	3.946.434	
As notas explicativas integram as Demonstra	,	iras.	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio			

Patrimô Social Superávit Saldo em 31.12.2022 21.090.643 21.090.643 2.790.939 2 790 939

Total

Superávit do exercício.. 2,790,939 Incorporação do superávit Saldo em 31.12.2023... 23.881.582 23.881.582 3.183.267 3.183.267 Superávit do exercício 3.183.267 Incorporação do superávit... (3.183.267)Saldo em 31.12.2024.. 27.064.849 27.064.849 As notas explicativas integram as Demonstrações Financeir 22. RENÚNCIA FISCAL - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (INSS PATRONAL, PIS E COFINS)

a) Subvenção Cota Patronal INSS (ITG 2002 9.A)		,
Descrição	Exercício	findo em
	31.12.2024	31.12.2023
INSS Cota Patronal	4.560.712	3.490.276
Total - R\$ 1	4.560.712	3.490.276
Atendendo o disposto no item 9.A da ITG 2002 (R1), di previdenciárias concedidas em caráter particular enquad		
por isso são reconhecidas como despesa no resultado co		

Descrição	Exercício findo em		
	31.12.2024	31.12.2023	
COFINS	976.598	814.129	**
PIS sobre Folha	164.054	125.549	
Total	1.140.653	939.678	

** Reapresentado para melhor análise comparativa.

A Entidade atende os requisitos legais para imunidade tributária e isenção das referidas contribuições sociais.

23. INFORMAÇÕES RELEVANTES

23. INFORMAÇÕES RELEVANTES a 0 Em 16 de janeiro de 2024, foi sancionada a Lei 14.820, que determina a revisão periódica dos valores de remuneração pelos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A legislação estabelece que, anualmente, em dezembro, o Ministério da Saúde deverá, por meio de ato oficial, definir a atualização dos valores, com vistas à garantia da qualidade do atendimento, ao equilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços e à preservação do poder de compra dos valores destinados à remuneração. Em 30 de dezembro de 2024, foi publicada a Portaria GM/MS Nº 6.464, que definiu um reajuste de 3,5% nos valores relativos à receita da Média e Alta Complexidade – MAC dos atendimentos do SUS que representa da Média e Alta Complexidade – MÁC dos atendimentos do SUS que representa 26% do total das receitas operacionais do SUS, permanecendo sem reajuste as demais linhas de financiamento, como o Incentivo da Contratualização - IAC, o INTEGRASUS, e a Rede de Urgência e Emergência. b) A Clinica de Transição Paulo de Tarso a partir de janeiro de 2025, passou a integrar a política Valora Minas do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme Deliberação CIB-SUS/MG N°5.001, de 05 de dezembro de 2024, que permitirá a entidade o recebimento mrnsal de contrapartida estadual de R§ 4.800,00 (quatro mil e otiocentos reais) por leito habilitado, para o custeio de Hospital de Cuidados Prolongados (HCP). Além disso, a administração da Rede Paulo de Tarso está em tratativas junto a Diretoria de Regulação de Média e Alta Complexidade em Saúde (DMAC), da Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte para viabilizar incrementos de recursos de linhas de financiamento disponíveis junto ao Ministério da Saúde destinadas ao Municipal de Saúde de Belo Horizonte para viabilizar incrementos de recursos de linhas de financiamento disponíveis junto ao Ministério da Saúde destinadas ao custeio e ao equilibrio financeiro das operações vinculadas ao SUS. c) A Rede Paulo de Tarso ainda aguarda decisão judicial quanto ao Processo nº 5164654-88.2016.8.13.0024, que requer providências junto a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com fundamento nas Portarias nº 2.395/11 (revogada) e nº 2.809/12, alterada no seu artigo 30 pela Portaria nº 2.042/13, numa nova sistemática de pagamento elaborada pelo Ministério da Saúde por disponibilidade de serviços, em que solicita a correção das distorções existentes em relação às normas do MS, com objetivo de liberação dos recursos retidos indevidamente pela SMSA/BH, no período de 10/2011 a 12/2016 gerando para a Instituição neste período, créditos a receber não faturados que totalizam aproximadamente R\$ 3.811.200 (três milhões co itocentos e onze mil e duzentos reasis). Houve realização de perícia contábil, em e oitocentos e onze mil e duzentos reais). Houve realização de perícia contábil, em que ficou evidente que a forma de remuneração era diferente do que determinava o Ministério da Saúde. A Rede Paulo de Tarso está em contato com o município de Belo Horizonte objetivando fazer um acordo para a finalização do processo d) A Rede Paulo de Tarso, ainda aguarda decisão judicial quanto ao Processo nº 1059823-67.2021.4.01.3400, distribuído em 2021 em face da União e do Município de Belo Horizonte pleiteando o reequilibrio econômico e financeiro dos contratos ajustes firmados pela Instituição com o Município de BH, tendo como fundamento ajustes firmados pela Instituição com o Município de BH, tendo como fundamento a atualização monetária com base no IPCA (Indice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) dos valores dos contratos referente aos últimos 5 (cinco) anos, que conforme cáleulos apresentados daria um valor total de R\$ 9.519.190,00 (nove milhões, quinhentos e dezenove mil, cento e noventa reais). A ação foi distribuida no dia 20/08/2021, e após fazer o exame da petição inicial, o juiz condenou a União ao ressarcimento dos valores, tendo como referência a Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos - TUNEP, elaborada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com a incidência de juros de mora e correção sobre as diferencas anuradas dos valores dos contratos referente aos últimos 5 (cinco) anos. diferenças apuradas dos válores dos contratos referente aos últimos No entanto, juntada à apelação interposta pela União e também pela Instituição por não concordar com a decisão da correção pela tabela TUNEP, o processo encontrase aguardando remessa para julgamento no TJMG. e) Outras discussões judiciais: i) A ação executiva promovida pela Procuradora Geral da Fazenda Nacional - PGFN A ação executiva promovida pela Procuradora Geral da Fazenda Nacional - PGFN versa sobre supostos créditos oriundos de contribuições previdenciárias referentes ao periodo de 01/1990 a 05/1995, cujo valor, com os encargos legais, atualizado para março de 2025, totalizava o importe de R\$ 2.023.148 (dois milhões, vinte e três mil, centro e quarenta e oito reais). Os débitos foram inscritos em Divida Ativa da União (CDA) em 25 de junho de 2002 sob o número 32103677-8, vinculado ao CNP1 da matriz de número 17.226.044/0001-37, tendo a ação executiva sido proposta em 28 de agosto de 2002. ii) Em outra ação da PGFN sobre ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias dos segurados (empregados e trabalhadores avulsos), vinculado ao CNP1 17.226.044/0003-07 da antiga filial da Rede que funcionava no município de Coração de Jesus-MG no que conceme ao Rede que funcionava no municipio de Coração de Jesus-MG no que concerne ao período de 01/1990 a 11/1995, no importe atualizado de R\$ 416.844 (quatrocentos e dezesseis, oitocentos e quarenta e quatro reais) até março de 2025. Os débitos foram inscritos em Dívida Ativa da União (CDA) em 04 de março de 1997 sob o número 32.103.681-6, tendo a ação executiva sido proposta em 01 de agosto de 1997. Soo de 1997. Por julgar tais autos improcedentes, inclusive porque lavrados contra entidade imune, a administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que classificaram os referidos processos com possibilidade de perda "possível (30%)" para fins contábeis, considerou ser desnecessária a constituição

possível (30%)" para fins contábeis, cons le qualquer provisão para fazer face a esta	siderou ser desnecessária a constit
DIRETORIA EXECUTIVA Ana Carolina de Souza	DIRETOR FINANCEIRO Carlos Manoel da Silva
CONTADORA RI	

Thalita Caroline F. Santos - CRC-MG 0127167/0-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da REDE PAULO DE TARSO Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da REDE PAULO DE TARSO Que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REDE PAULO DE TARSO, em 31 de dezembro de 2024, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para a opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasilerias e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com Pág. 01/02



tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor". Somos independentes em relação à REDE PAULO DE TARSO, de acordo com os principios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nosas opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

PAULO DE TARSO

REDE PAULO DE TARSO - CNPJ: 17.226.044/0001-37

ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha administração presenta inquiar a Associação de cessa suas operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão oprocesso de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nivel de segurança, mas não uma garantia de que a auditorior realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada



e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas ponticas contactos unizadas e a razasamienta contactos trispectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se a divulgações forem inadequadas. Nosasa conclusões estão fundamentadas nas e aidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nosso trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis

que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Belo Horizonte, 08 de abril de 2025. AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CRC-01-MG-4553 - O
Alexandre Oliveira Chagas
Auditor Responsável - CRC-MG-075751/O-7
Fernanda Filizzola Mattos de Santos
Auditora Responsável - CRC-MG-113,796/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL O Conselho Fiscal da Rede Paulo de Tarso, no uso de suas atribuições legais estatutárias, após examinar o relatório da Diretoria e os demonstrativos financeiros contábeis, que refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Rede Paulo de Tarso, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 verificando estar tudo em ordem, e de parecer que as contas a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária merecem ampla aprovação pelos senhores Sócios Colaboradores, Efetivos e Benemérito. Belo Horizonte, 11 de abril de 2025.

Raymundo Carabetti - CRC-MG: 8.298

de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assunto

Antônio Carlos de Andrade - RG: MG-2.533 Edson Geraldo Pena - RG: M-5.324.292

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.

com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

"Só bom frio antes do Dia das Mães para deslanchar"

% VESTUÁRIO Declaração é do vice-presidente do Sindimalhas, Gilberto Mairingues; lojistas não compraram coleção de outono-inverno este ano porque estoques estão cheios desde 2024

JULIANA SODRÉ

ainda não registrou temperaturas mais amenas, pelo menos em Belo Horizonte. Por isso, o setor de vestuário ainda não registrou alta nas vendas para começar a desovar os estoques da moda outono-inverno. As temperaúltima semana na capital mineira.

A expectativa do vice-presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas e de Curtimento de Couros e Peles de Minas Gerais (Sindimalhas), Gilberto Mairinques, é uma só: "Precisamos de um bom frio antes do Dia das Mães para o mercado deslanchar". Tanto ele quanto o presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Divinópolis (Sindivest), Mauro Célio de Melo Júnior, esperam mais pela queda das temperaturas para que as vendas aumentem.

Conforme Mauro Júnior, as vendas este ano para os lojistas visando o inverno foram cerca de 30% menores em um dos mais importantes polo de modas do Estado devido à alta concentração de indústrias de confecção e têxtil – a concorrência aumentou este ano. Além da falta de frio durante o mês de março e até nos últimos dias, o empresário atribuiu à inflação o mau desempenho. "Os preços dos produtos subiram muito, as pessoas acabam priorizando comida e remédios. Roupas, só se o inverno vier mesmo, senão elas usam o que já têm", afirma.

O presidente do Sindimalhas, Gilberto Mairinques, explica que a falta de frio do ano passado fez com que os lojistas não renovassem seus estoques para 2025. "Eles já estão abastecidos", comenta. Segundo ele, a maior dificuldade do setor tem sido a venda para o consumidor final. "Não está tendo absorção

O outono, que começou no dia 20 de março, na ponta. Como não teve frio no ano passado, o pessoal está com estoque e isso tirou cerca de 20% da demanda durante o período de compra e abastecimento para esse próximo inverno agora", analisa.

Mairinques explica que os comerciantes turas só começaram a cair um pouco nesta costumam fazer uma compra entre janeiro e fevereiro para a estação mais fria do ano e depois é retomada em maio. "Se der mais frio, muda o rumo da nossa história", diz.

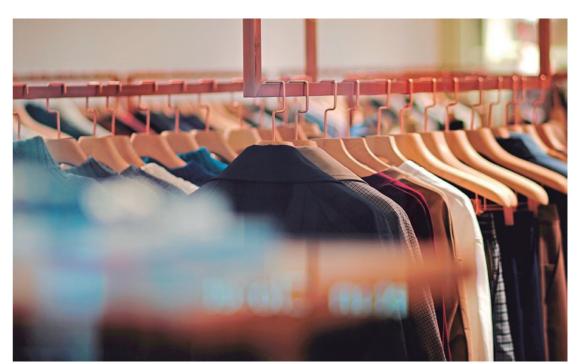
> Em São Paulo a trabalho, o presidente do Sindimalhas exemplifica que o frio vivenciado na capital paulista há cerca de duas semanas já movimentou o comércio. "O setor é muito sensível às questões ambientais. Um bom frio agora mudará o rumo das nossas vendas", acredita.

> Cenário econômico - Conforme os empresários, as incertezas do cenário econômico também afetam o setor. "A guerra comercial, as altas taxas de juros e os preços enfraquecem o fluxo de caixa dos nossos clientes e tudo isso pode afetar até as compras do verão", ressalta Mairinques.

> A maior preocupação de Mauro Júnior, do Sindivest, nesse quesito é a guerra comercial entre China e Estados Unidos. "Se a China não conseguir vender nos Estados Unidos, pode encher muito o nosso mercado de roupas chinesas", analisa ele.

> Há tempos o setor da moda trava uma concorrência, considerada até desleal pelo setor, com os produtos importados. Tal problema ampliou a discussão das taxas impostas nas importações das mercadorias.

> A "taxa da blusinha", como ficou popularmente conhecida, referente à tributação de compras internacionais de até US\$ 50, foi



Vendas da coleção outono-inverno 2025 para lojistas foram cerca de 30% menores este ano FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

'Sindivest também espera mais pela queda das temperaturas para que as vendas de

imposta pelo governo brasileiro. A taxação, que entrou em vigor em agosto de 2024, prevê o pagamento de 20% de Imposto de Importação sobre o valor da compra, acrescido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que pode variar entre 17% e 20% dependendo do estado.

"A taxação ajudou bastante, mas ainda consideramos baixa. Ela tinha que ser mais alta. Se não fosse esta ação, o cenário era ainda pior", afirma Mauro Júnior. %



Mairingues, do Sindimalhas: lojistas estão abastecidos com coleção do ano passado FOTO: ARQUIVO PESSOAL / GILBERTO MAIRINQUES

% ENERGIA

Consumidor industrial pode ter alta de até 200% na CDE

Brasília - Os grandes consumidores de energia elétrica, especialmente os industriais do mercado livre, poderão ter um acréscimo entre 80% e 200% no valor pago de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) até 2038, a depender do cenário, com os efeitos do texto da reforma do setor elétrico encaminhada à Casa Civil. Os dados estão em balanço divulgado na sexta-feira (25) pela Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace Energia).

A projeção considera especificamente o aumento das cotas unitárias de "CDE-Uso". Os consumidores da alta tensão teriam uma alta de R\$ 30,02 por MWh em 2025 para R\$ 90,78 por MWh em 2038, no Norte e Nordeste. Já para o Sudeste e Sul, a elevação seria de R\$ 51,63 para R\$ 90,78 por MWh, de acordo com o mesmo intervalo de tempo. Essa alta seria resultado, segundo a entidade, do aumento de custos com a saída de consumidores no rateio da CDE, bem como a partir do montante relativo aos novos subsídios para os consumidores de baixa renda, por exemplo.

O MME quer gratuidade no consumo

mensal de até 80 kWh para famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica. Já quem se enquadra na Tarifa Social e consome mais do que 80 kWh por mês pagaria somente o adicional. Ou seja, o consumidor na faixa de 100 kWh, por exemplo, pagaria só por 20 kWh de consumo, com isenção no pagamento da CDE. Assim, seriam 17 milhões de famílias beneficiadas, ou cerca de 60 milhões de pessoas.

"Considerando que, em 2025, com o desenho atual, o valor destinado pela CDE à TSEE deve ser de R\$ 6,7 bilhões, estima-se que, com as novas regras, apenas este item da CDE, atinja R\$ 10,3 bilhões por ano", declarou.

A segunda previsão atinge o grupo com renda um pouco maior do que meio salário mínimo per capita. A ideia é isenção no pagamento da CDE para o consumo mensal de até 120 kWh, especificamente para famílias de renda per capita entre meio e um salário mínimo. O chamado "Desconto Social de Energia Elétrica" pode atingir 21 milhões de famílias ou cerca de 55 milhões de pessoas. Na soma dessas duas propostas seriam 115 milhões

de pessoas beneficiadas em potencial - que pode não ser atingido em função de problemas operacionais.

A proposta do Ministério também inclui os consumidores livres no rateio de custos como Angra 1 e 2 e de um novo encargo destinado a compensar custos com a chamada sobrecontratação (sobra de energia) que poderá ocorrer com a ampliação do mercado livre.

Cenário preocupante - A Abrace Energia aponta para um cenário "alarmante" para a competitividade da energia na produção nacional se essas medidas forem somadas à tendência de derrubada dos vetos do na Lei das eólicas offshore, por exemplo. "Se a proposta apresentada pelo MME for aprovada, os consumidores atendidos em alta tensão, ou seja, majoritariamente consumidores industriais, passarão a arcar com um custo de CDE proporcionalmente muito maior", diz o grupo.

No longo prazo, pela proposta do MME, a ideia é acabar com os descontos para fontes incentivadas no uso da rede, especificamente os descontos no pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição. A medida não tem efeito retroativo e não afeta os descontos para os geradores de fontes incentivadas.

Na prática, uma empresa consumidora no mercado livre, quando firmar um novo contrato para a compra de energia renovável, não terá mais direito a esse desconto. O benefício só valerá para os contratos previamente acordados antes da publicação do texto, independentemente do tempo de contrato, que pode ser 1 ou 5 anos, por exemplo.

A Abrace aponta preocupação neste ponto. "Embora seja um passo na busca por reduzir os custos da CDE, há risco de a proposta desencadear uma corrida para registro de contratos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o que poderá manter os descontos existentes ainda por um longo período, sem a desejada consequência de redução em um horizonte razoável", declarou o grupo. A Abrace Energia diz que está dialogando com o governo sobre a reforma do setor elétrico e apresentará sugestões de aperfeiçoamento. (Estadão Conteúdo) %